



Relatório do Pilar 3

3º Trimestre de 2020



Conteúdo

1.	Escopo (Tabela OVA – Visão Geral do Gerenciamento de Risco da Instituição)	4
1.1.	Entidade	4
1.2.	Política de Divulgação de Informações	4
2.	Modelo de Negócios e Perfil de Riscos (Tabela OVA – Visão Geral do Gerenciamento de Risco da Instituição)	4
2.1.	Apetite de Riscos	5
2.2.	Governança do Gerenciamento de Riscos	6
2.3.	Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição	10
2.3.1.	Governança Corporativa	10
2.3.2.	Ambiente de Controle	10
2.3.3.	Atividades de Controle de Risco Regulatório (Pauta Regulatória)	11
2.3.4.	Gerenciamento de Riscos	12
2.4.	Canais de Disseminação da Cultura de Riscos	12
2.4.1.	Treinamento	13
2.4.2.	Repositório de Informações	13
2.5.	Reporte de Riscos	13
2.6.	Teste de Estresse	13
2.6.1.	Teste de Estresse para Risco de Crédito	14
2.6.2.	Teste de Estresse para Risco de Mercado	14
2.6.3.	Teste de Estresse para Risco Operacional	14
2.6.4.	Teste de Estresse para Risco de Liquidez	14
2.6.5.	Cenários e Metodologias Utilizadas e o Uso dos Resultados no Gerenciamento de Riscos	15
2.7.	Identificação, Inventário, Mensuração e Mitigação dos Riscos	16
2.7.1.	Mitigação de Riscos	17
2.8.	Gerenciamento de Capital	17
2.8.1.	Acompanhamento da Adequação dos Valores de Capital	17
2.8.2.	Capital Regulatório	17
2.8.3.	Capital Econômico - Riscos Não Cobertos no Capital Regulatório	18
3.	Gerenciamento do Risco de Liquidez (Tabela LIQA – Informações Qualitativas)	18
3.1.	Estrutura, Papéis e Responsabilidades do Gerenciamento de Risco de Liquidez	18
3.2.	Estratégia de Liquidez (Captação de Recursos e Mitigação de Riscos)	19
3.3.	Processos para Gerenciamento do Risco de liquidez	19
4.	Gerenciamento do Risco de Crédito (Tabela CRA – Informações qualitativas)	20
4.1.	Política e Limites Internos Associados ao Risco de Crédito	20
4.2.	Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Crédito ..	20
4.3.	Principais Tópicos de Gerenciamento do Risco de Crédito	21
4.4.	Gerenciamento do Risco de Crédito por Contraparte (Tabela CCRA)	22
5.	Gerenciamento do Risco de Mercado (Tabela MRA – Informações Qualitativas)	22
5.1.	Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Mercado	23
5.2.	Estratégia e Processos no Gerenciamento de Mercado	23
5.3.	Principais Características dos Sistemas de Informação e de Mensuração dos Riscos	24
6.	Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (Tabela IRRBBA – Informações Qualitativas)	255
6.1.	Estrutura, Responsabilidade do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	255
6.2.	Estratégia e Processos no Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária ..	25
6.3.	Principais Tópicos e Metodologias do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	266
7.	Informações Quantitativas	266
7.1.	Anexo I (KM1 - Informações Quantitativas Sobre os Requerimentos Prudenciais)	266



7.2. Anexo II (OV1 - Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco)	26
7.3. Anexo III (MR1 - Abordagem Padronizada - Fatores de Risco Associados ao Risco de Mercado)	26



Introdução

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, (DB Brasil), prepara suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Operacional, Reputacional e Socioambiental.

Mensalmente, são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo DB Brasil, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios da Instituição. Tais procedimentos, em conjunto com processos contínuos de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Diretoria Executiva, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do DB Brasil, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseado em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

No contexto supramencionado, os detalhes da estrutura de gerenciamento de riscos do DB Brasil em atendimento às exigências da Circular BACEN nº 3.930/2019 se encontram detalhados a seguir.

1. Escopo (Tabela OVA – Visão Geral do Gerenciamento de Risco da Instituição)

1.1. Entidade

Conforme estabelecido nos artigos 1º e 2º da Circular BACEN nº 3.930/2019, as informações sobre gerenciamento de riscos cobrem a entidade Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (DB Brasil).

1.2. Política de Divulgação de Informações

O DB Brasil mantém a descrição completa da Estrutura Contínua e Integrada de Riscos, que abrange o gerenciamento de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, além da Estrutura de Gerenciamento de Capital, publicadas em documentos de acesso público no sítio eletrônico (webpage) da Instituição (www.db.com/brazil). Um resumo dessas estruturas é igualmente publicado nas demonstrações contábeis semestrais.

2. Modelo de Negócios e Perfil de Riscos (Tabela OVA – Visão Geral do Gerenciamento de Risco da Instituição)

O DB Brasil é uma subsidiária integral do Grupo Deutsche Bank (Grupo DB). Por meio dessa estrutura de pessoa jurídica, o DB Brasil opera duas divisões corporativas principais: Investment Bank (IB) e Corporate Bank (CB). Essas divisões são utilizadas como base para a estratégia e planejamento de 2020 e realizam as seguintes atividades de negócios:

➤ Investment Bank (IB):

- A divisão de IB foca sua atividade em (i) Vendas e Negociação de Renda Fixa e Moedas (Fixed Income and Trading - FIC), e (ii) prestação de serviços de consultoria e originação de emissões e sindicalização. No caso deste último, o registro de suas operações é feito em outras entidades do Grupo DB, para o qual o DB Brasil recebe uma comissão pelos serviços prestados (receita já contemplada no orçamento);



- A divisão de FIC facilita vendas, negociação e estruturação de uma ampla gama de produtos, incluindo títulos de dívida, derivativos do mercado de balcão, câmbio, bem como instrumentos e produtos estruturados do mercado monetário para clientes institucionais e corporativos.

➤ **Corporate Bank (CB):**

- A divisão de CB combina as linhas de negócios da anterior área de Global Transaction Banking (GTB) e a equipe de vendas (Corporate Bank Coverage) reponsável pela originação de transações para o DB Brasil. A divisão de CB presta serviços globais relacionados à gestão de caixa, trade finance (comércio exterior), custódia e serviços de agente e valores mobiliários, por meio de uma gama completa de produtos e serviços de banco comercial.

Conforme descrito no último Relatório de Gerenciamento de Riscos – Basileia III Pilar 3 referente ao 2º trimestre de 2020, a partir de 15 de Maio de 2020 a divisão de negócios Asset Management (DWS) não faz mais parte do portfólio do DB Brasil.

2.1. Apetite de Riscos

O apetite de risco do DB Brasil é expresso pela obtenção de estabilidade de ganhos, capital e adequação de liquidez. É definido em relação à capacidade de risco do Banco, que reflete as principais restrições regulatórias de capital e liquidez. A tabela a seguir apresenta os níveis máximos de adequação de capital que refletem o apetite e a capacidade de risco do DB Brasil. O nível verde indica o apetite de riscos, o nível ambar indica tolerância ao risco e o nível vermelho indica quebra do limite máximo aceitável.

Métricas	Vermelho	Ambar	Verde
Índice Basileia, capital nível I	<14%	14 - 15%	≥15%
Razão de Alavancagem	<4%	4 – 5%	>5%
Exposição Cambial	>28%	25 – 28%	<25%

Os principais riscos relacionados às atividades de negócios do DB Brasil estão elencados a seguir:

- **Risco de Crédito:** Risco de perda devido à deterioração da capacidade de solvência da contraparte/devedor, ou não cumprimento por uma contraparte/um devedor dos termos de qualquer contrato com o Banco ou, de outra forma, em atuar conforme acordado. O risco de crédito se divide nos cinco (5) tipos de Risco de Crédito elencados a seguir, como parte da taxonomia de Risco de Crédito:
 - **Risco de Inadimplência/Migração:** O risco de que uma contraparte não cumpra suas obrigações de pagamento ou enfrente deterioração de qualidade de crédito relevante, aumentando a probabilidade de inadimplência;
 - **Risco de País:** O risco de que contrapartes de outra forma solventes e interessadas não consigam cumprir suas obrigações devido à intervenção direta de soberania ou políticas;
 - **Risco de Transação/Liquidação:** O risco que surge de qualquer exposição positiva futura contingente ou potencial;
 - **Risco de Mitigação:** O risco de perdas maiores devido a medidas de mitigação de risco que não apresentem o desempenho conforme previsto;
 - **Risco de Concentração:** O risco de um desenvolvimento adverso em uma única contraparte/um único país/setor/produto específico, resultando em deterioração no perfil de risco das exposições ao crédito do Grupo DB a essa contraparte/esse país/setor/produto.



O risco de produto é coberto em um contexto maior segundo o MIS (*dashboard*), BU ou relatório/política de classe de ativos.

- **Risco de Mercado e IRRBB** (Interest Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros): O Risco de Mercado surge de variações nas taxas de juros, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, preços de ações e preços de *commodities*, bem como suas correlações e volatilidades implícitas. No curso regular de suas atividades de negociação e bancária, o DB Brasil enfrenta risco de mercado ao atuar em mercados e assumir posições de dívida, ações, câmbio, outros valores mobiliários e *commodities*, bem como em derivativos equivalentes, seja na carteira de negociação, carteira bancária ou fora do balanço patrimonial. O DB Brasil possui uma estrutura abrangente para a gestão desses riscos de mercado, que garante que eles sejam identificados, mensurados e controlados de maneira adequada.

O risco de mercado se divide nos seguintes tipos de risco, como parte da taxonomia de gestão de risco de mercado: Risco de Taxa de Juros, Risco de Crédito, Risco de Câmbio, Risco de Ações e Risco de Ativo Cruzado. Contudo, a taxonomia de risco de mercado é significativamente mais granular, refletindo as amplas áreas de riscos de mercado específicos em que o DB Brasil opera. Cada um desses riscos está incluído na definição acima.

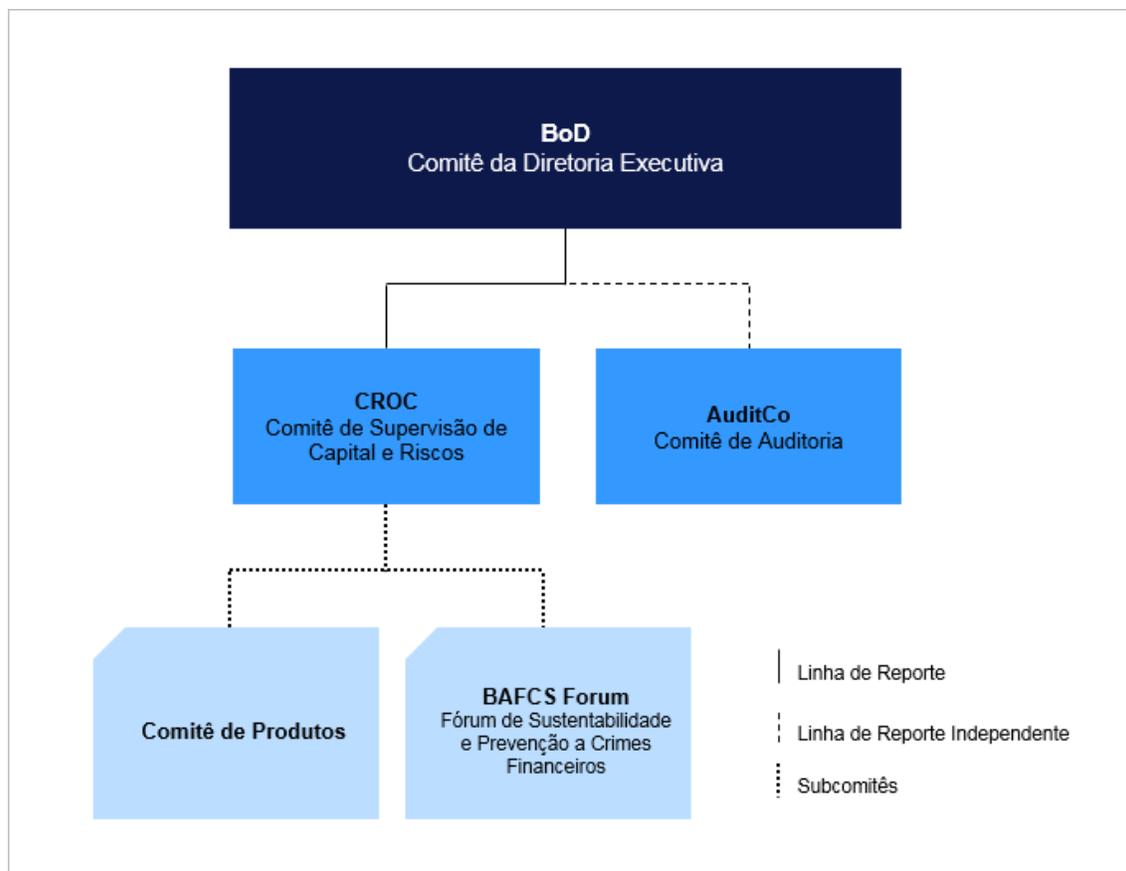
- **Risco de Liquidez:** O risco de que o DB Brasil não será capaz de cumprir suas obrigações de pagamento conforme vençam (risco de liquidez de curto prazo), ou de que ele poderá somente cumprir suas obrigações a um custo excessivo (risco de liquidez estrutural). O risco de liquidez de curto prazo se divide nos seguintes tipos de risco, na taxonomia de risco de liquidez do Grupo DB: Risco de Rolagem e Saque, Risco de Valor de Ativos, Risco de Capacidade do Mercado de Financiamento, Risco de Financiamento em Moeda Cruzada, Risco de Concentração, Risco de Restrição de Transferência de Liquidez, Risco de Viabilidade de Franquia, Risco de Financiamento Fora do Balanço Patrimonial, Risco Intradiário, Risco de Internalização e Risco de Gravame de Ativos. O risco de liquidez (financiamento) estrutural se divide nos seguintes tipos: Risco de Transformação de Vencimento e Risco de Planejamento de Financiamento.
- **Risco Não financeiro:** Risco não financeiro significa o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos, e inclui o risco jurídico. É baseado em restrições autoimpostas que definem o nível de risco que o DB Brasil está disposto a assumir na condução de suas atividades de negócio. O risco não financeiro é gerido pelos *Controllers* de Tipo de Risco. As categorias de risco estão detalhadas na taxonomia de risco operacional.
- **Risco Reputacional:** O risco de possível dano à marca e à reputação do Grupo DB e o risco associado a lucros, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou omissão que poderia ser percebida por *stakeholders* como inadequada, antiética ou inconsistente com os valores e as crenças do DB. O risco reputacional pode ser dividido em risco reputacional “primário” e “secundário”. O risco reputacional primário é o risco que surge de uma decisão ativa de empreender ou estabelecer qualquer associação, ação ou omissão ciente de que ela poderá representar um risco reputacional, *ex ante*. O risco reputacional secundário é o risco que surge como consequência de uma falha em outra estrutura de controle, processo ou gestão de risco, por meio da qual o risco é inerentemente gerido. O risco reputacional pode surgir de diversas fontes, incluindo, entre outros, de possíveis problemas com o perfil da contraparte, da finalidade do negócio/importância econômica da transação ou produto, dos setores de alto risco, de considerações ambientais e sociais, da natureza da transação ou produto ou de sua estrutura e termos.

2.2. Governança do Gerenciamento de Riscos

A Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos foi dimensionada proporcionalmente ao seu perfil de risco e complexidade, fornecendo linhas claras de responsabilidade para monitorar os principais riscos inerentes às atividades das linhas de negócios, incluindo os limites de capital e liquidez.



Para garantir a boa gestão de governança de riscos e seu alinhamento aos requisitos regulatórios específicos, o DB Brasil possui os seguintes comitês relacionados ao gerenciamento de riscos da Instituição:



Legenda:

BoD: Board of Directors ou Comitê da Diretoria Executiva.

CROC: Capital & Risk Oversight Committee ou Comitê de Supervisão de Capital e Riscos.

AuditCo: Audit Committee ou Comitê de Auditoria.

BAFCS: Brazil Anti-Financial Crime and Sustainability Forum ou Fórum de Sustentabilidade e Prevenção a Crimes Financeiros

➤ **Comitê da Diretoria Executiva – BoD (Board of Directors)**

Comitê central para: (i) coordenar e supervisionar as atividades e a governança do DB Brasil, (ii) fornecer uma plataforma para a escalonamento de temas relevantes da entidade brasileira à Matriz, (iii) permitir e facilitar as responsabilidades resultantes do modelo de governança do DB Brasil, (iv) monitorar e controlar temas de gestão institucional, bem como atividades dentro do país, e (v) garantir que a implementação de estratégias, projetos e iniciativas, tanto de negócios quanto de infraestrutura, sejam consistentes com a estratégia de riscos e capital do DB Brasil.

O BoD é presidido pelo CCO (Chief Country Officer ou Diretor Presidente) do DB Brasil e a composição dos membros votantes e convidados está detalhada no documento Termos de Referência - ToR (Terms of Reference), disponível na intranet local do Banco (myDB).



Sob a ótica de riscos e capital, o BoD é responsável por:

- Definir os níveis de apetite por risco na RAS (Risk Appetite Statement ou Declaração de Apetite de Riscos) e revisá-los a partir da recomendação emitida pelo CROC;
- Aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual:
 - Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos, gerenciamento de capital e de divulgação de informações;
 - O programa dos testes de estresse;
 - A Política de Continuidade de Negócios do DB Brasil;
 - O plano de contingência de liquidez;
 - O plano de capital;
 - O plano de contingência de capital;
 - A Declaração de Apetite de Riscos (RAS – Risk Appetite Statement).
- Assegurar a aderência do DB Brasil às políticas, estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos;
- Assegurar a correção tempestiva de eventuais deficiências da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e da Estrutura de Gerenciamento de Capital;
- Aprovar alterações nas políticas e estratégias de riscos e capital do DB Brasil, bem como em seus sistemas, rotinas e procedimentos;
- Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, limites e níveis de apetite de riscos fixados na RAS;
- Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos no DB Brasil;
- Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- Estabelecer a organização e as atribuições do CROC;
- Garantir que a estrutura de remuneração adotada pelo DB Brasil não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite de riscos fixados na RAS;
- Assegurar que a Instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e liquidez.

➤ **Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC - Capital & Risk Oversight Committee)**

O CROC é o fórum central para revisão e decisão sobre todos os tópicos de riscos e capital relevantes. O Comitê é co-presidido pelo CRO (Chief Risk Officer) e pelo CFO (Chief Financial Officer). A composição de membros votantes e convidados está detalhada no documento Regras de Procedimento (Rules of Procedure – RoP), disponível na intranet local do Banco (myDB).

O CROC cobre as seguintes tarefas:

- Propor recomendações ao Comitê da Diretoria Executiva (BoD - Board of Directors), no mínimo anualmente, sobre:
 - Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos, de capital e de divulgação de informações;
 - O programa dos testes de estresse;
 - A Política de Continuidade de Negócios do DB Brasil;
 - O plano de contingência de liquidez;



- O plano de capital;
- O plano de contingência de capital;
- Os níveis de apetite por riscos;
- O plano estratégico de riscos.
- Supervisionar a observância, pela Diretoria Executiva da Instituição, dos termos da RAS;
- Avaliar o grau de aderência dos processos da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos às políticas estabelecidas;
- Manter registro de suas deliberações e decisões;
- Monitorar o inventário de riscos incluindo (mas não limitado a): crédito, mercado, liquidez, operacional, continuidade de negócios, socioambiental e capital e tomar ações, quando cabível;
- Revisar os resultados do teste de estresse e discutir/ recomendar ações conforme necessário;
- Aconselhar a Diretoria Executiva em medidas de recuperação em tempos de crise e supervisionar a execução conforme decisões tomadas pela Diretoria Executiva;
- Monitoramento da capacidade de capital da DB Brasil, incluindo conformidade regulamentar, consumo e adequação de capital;
- Coordenar o desenvolvimento da cultura de risco no Grupo DB.

➤ **Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria apoia o Comitê da Diretoria Executiva (BoD - Board of Directors) na identificação de deficiências conhecidas e exposições ao risco, incluindo riscos de fraude e na melhoria da eficácia e eficiência da gestão de riscos, controles internos, processos e sistemas. A composição dos membros votantes e convidados está detalhada no documento Termos de Referência - ToR (Terms of Reference), disponível na intranet local do Banco (myDB).

➤ **Fórum de Sustentabilidade e Prevenção a Crimes Financeiros (BAFCS – Brazil Anti-Financial Crime and Sustainability Forum)**

O Grupo DB segue uma série de critérios relativos a potenciais fontes de risco de reputação que podem surgir a partir de problemas com: (i) perfil da contraparte, (ii) propósito comercial/substância econômica da transação ou produto, (iii) indústria e/ ou setor, (iv) considerações ambientais e sociais, (v) natureza da transação ou produto e (vi) estrutura e termos da transação ou produto.

Se algum dos critérios acima for cumprido, ou qualquer outro risco potencial de reputação for identificado e o assunto for considerado um risco de reputação moderado ou material, o assunto deve ser avaliado pelo fórum denominado BAFCS, que é um subcomitê do CROC (Capital & Risk Oversight Committee ou Comitê de Supervisão de Capital e Riscos).

O Fórum BAFCS é composto pelas áreas de Gerenciamento de Riscos (Risk Management), de Legal (área Jurídica), de AFC (Anti Financial Crime ou Combate ao Crime Financeiro), pelo CCO (Chief Country Officer ou Diretor Presidente), pelo COO (Chief Operating Officer). O CRO (Chief Risk Officer) atua como Presidente (Chair) do Fórum BAFCS.

O Fórum BAFCS cobre o risco de reputação decorrente de adoção de clientes e/ou transações específicas, bem como violações de políticas regulamentares ou internas, incluindo desvios resultantes do monitoramento, tais como, entre outros, os relacionados à adequação, lavagem de dinheiro, corrupção, fraude, embargos e sanções, vigilância comercial, vigilância de comunicações, licenciamento e inscrições, transações, bem como quaisquer questões relacionadas à Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Procedimento para Controle e Gerenciamento de Risco Operacional.



O Fórum BAFCS pode solicitar o recebimento de resultados de testes e relatórios de monitoramento em atas e arquivadas para controle. Como convidados permanentes participam: o (a) Head (Responsável) de Corporate Bank Coverage e Investment Bank e o (a) responsável pela área de Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa (3 LoD – Line of Defense).

➤ **Comitê de Produtos**

O Comitê de Produtos é um subcomitê permanente do CROC, é presidido pelo CRO (Chief Risk Officer) e se reúne mensalmente, ou em maior frequência, em função da necessidade. A composição dos membros votantes e convidados está detalhada no documento Termos de Referência (ToR – Terms of Reference), disponível na intranet local (myDB) do Banco.

As principais responsabilidades do Comitê de Produtos são:

- Análise e deliberação sobre todos os NPAs (New Product Approval ou Aprovação de Novos Produtos) e NTAs (New Transaction Approval ou Aprovação de Novas Transações) gerados a partir do Brasil, ou que impactem os livros locais (independentemente de sua classificação de materialidade);
- Supervisão do processo local de novos produtos, operações específicas ou alteração em produtos já existentes;
- Considerações de violações e falhas da Política de Gestão de Produtos;
- Escalonar conflitos ou violações ao CROC.

2.3. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição

2.3.1. Governança Corporativa

O DB Brasil privilegia os princípios de Governança Corporativa, seguindo diretrizes do Grupo Deutsche Bank (Grupo DB) que consolidam os princípios internos de Governança Corporativa que minimamente correspondem ou superam os requerimentos legais do Brasil.

Desde 2003, o Grupo DB adota globalmente o artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley, que exige o levantamento completo dos controles internos, assim como os sistemas de informação que produzem os dados financeiros e fluxos de documentação/processos de aprovação. Embora o DB Brasil não seja considerado globalmente uma entidade “SOX relevante”, periodicamente a documentação é revisada e atualizada pela área de Finance (área de Finanças), complementando o já existente processo interno de controles de acordo com a Resolução CMN nº 2.554/1998, bem como, com a Instrução nº 505/2011 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.3.2. Ambiente de Controle

O processo de controles internos é considerado pelo DB Brasil como sendo dinâmico e constante. Parte importante deste processo é a formalização dos controles em políticas e procedimentos, um robusto processo de aprovação de novos produtos e de transações relevantes além da ampla divulgação dos controles e regras, por meio de comunicados e treinamentos, para uma execução efetiva e consistente das atividades.

Os controles estão divididos entre as três linhas de defesa do Banco da seguinte maneira:

- Primeira linha de defesa (1LoD – Line of Defense): Áreas comerciais e operacionais que executam as atividades e são responsáveis por observarem e atuarem em conformidade com os parâmetros estabelecidos, reportando sempre que identificarem qualquer não conformidade;



- Segunda linha de defesa (2LoD – Line of Defense): Funções das áreas de Gerenciamento de Risco e de Compliance que, além de estabelecerem os parâmetros a serem observados, também executam parte dos controles, que não aqueles de responsabilidade da 1LoD, e atuam junto às demais linhas para identificar e corrigir desvios e não conformidades;
- Terceira linha de defesa (3LoD – Line of Defense): A área de Auditoria Interna, que avalia, de maneira objetiva e independente, a adequação do desenho e a efetividade dos sistemas de controles internos para mitigar exposições a riscos significativos (incluindo riscos de fraude), visando a melhoria da eficácia e eficiência da gestão de risco, dos procedimentos de governança e sistemas de forma holística.

A qualidade do ambiente de controles internos é determinada também em função da maneira como os colaboradores aderem às políticas e procedimentos existentes e do quão claramente são identificadas e endereçadas as deficiências em relação aos mesmos.

A área de Compliance, como integrante da função de controles internos, auxilia na gestão de políticas e procedimentos institucionais de atendimento regulatório, participa ativamente do processo de distribuição e adequação aos requerimentos regulatórios, atua na melhoria de processos, tem representação ativa e direta nos principais comitês da Instituição, além de coordenar as auditorias externas e regulatórias, acompanhando as deficiências identificadas e suas resoluções por meio de planos de ação.

A área de Compliance busca a constante melhoria da qualidade do ambiente de controles internos e proporciona nos diversos relatórios elaborados, uma visão horizontal da organização sobre os principais temas relacionados. Caso durante a execução dos controles internos sejam identificadas ou reportadas deficiências críticas, recorrentes ou com possibilidade de geração de impactos para o Banco, as mesmas são priorizadas e se tornam ações de melhorias de processos.

A abordagem descrita acima é complementada pela existência de uma sólida estrutura de compliance, gerenciamento de riscos, governança, relatórios financeiros, auditoria interna e auditoria externa, as quais são sumarizadas abaixo:

2.3.3. Atividades de Controle de Risco Regulatório (Pauta Regulatória)

A área de Compliance analisa periodicamente as normas e regulamentos divulgados, identifica quais dessas regras tem um possível impacto ao DB Brasil e divulga semanalmente as legislações e regulamentações entendidas como aplicáveis para conhecimento e providências dos colaboradores do Banco.

As normas são avaliadas quanto à sua aplicabilidade diante das atividades do DB Brasil e essa avaliação é registrada em controles específicos. A distribuição das normas pela área de Compliance não isenta a responsabilidade das áreas do Banco que devem assegurar que os normativos e legislações sejam tempestivamente verificados e, se aplicáveis, sejam implementadas as ações necessárias para assegurar a conformidade do DB Brasil.

Uma vez identificadas e distribuídas as normas aplicáveis ao DB Brasil, a área de Compliance determina o provável especialista do assunto nas áreas de Negócios e/ou de Infraestrutura para dar continuidade à análise da regulamentação e providências.

Identificada a área responsável e especialista pelo assunto, é analisada e confirmada a aplicabilidade da norma ao DB Brasil e, quando confirmada, as ações necessárias para a adequação dos processos, são definidas de forma a assegurar que o Banco fiquem em conformidade com a norma.

A área de Compliance realiza o acompanhamento dos planos de ação para assegurar o atendimento dos requerimentos regulatórios e, quando necessário, pode reportar atrasos e não conformidades relevantes no Comitê Operacional (OpCo – Operating Council).



O modelo atual de inter-relacionamento entre as áreas de Compliance, Auditoria Interna e demais áreas de Gerenciamento de Riscos está baseado, substancialmente, nos contatos periódicos por meio dos Comitês de Governança do DB Brasil e também por meio da abordagem integrada de atividades que abrange essas áreas. A Instituição também utiliza outras ferramentas e atividades para garantir a identificação e incorporação de mitigantes para os riscos novos e/ou existentes, tais como:

- Relatórios periódicos de controles internos;
- Autoavaliações periódicas;
- *Workshops* periódicos de risco;
- Processo de acompanhamento dos novos requerimentos regulatórios e envio semanal da pauta regulatória;
- Acompanhamento e discussão dos temas de riscos e controles por meio de participação nos diversos comitês externos que o DB Brasil é associado;
- Resultados dos trabalhos de Auditoria Interna detalhados nos relatórios das auditorias;
- Processo de Monitoramento Contínuo efetuado pela Auditoria Interna;
- Apresentações periódicas da Auditoria Interna ao Comitê de Auditoria.

Os resultados desses exercícios retroalimentam o processo de análise, melhorias e documentação de processos existentes, que passam a existir tomando em consideração os novos riscos identificados.

2.3.4. Gerenciamento de Riscos

O DB Brasil mantém um processo robusto e estruturado de gerenciamento de riscos e qualifica seu risco como moderado, conforme relatório anual elaborado em atendimento à Resolução CMN nº 2.554/1998.

A identificação e avaliação de riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional, seguem metodologias do Grupo DB e suas políticas e procedimentos estão em linha com melhores práticas de mercado.

2.4. Canais de Disseminação da Cultura de Riscos

Uma forte cultura de gerenciamento de riscos ajuda a reforçar a resiliência do DB Brasil garantindo uma abordagem holística para o gerenciamento de risco e retorno em toda a organização. Um aspecto importante e fundamental da cultura de risco do DB Brasil é o "tom do topo" definido pelos membros da Diretoria Executiva.

As práticas eficazes de gerenciamento de riscos permitem que o Banco forneça serviço e produtos de qualidade aos seus clientes, mantenha e melhore sua posição no mercado e proteja sua propriedade e reputação a longo prazo. A Diretoria Executiva comunica consistentemente as expectativas de gerenciamento de riscos a todos seus colaboradores e demais partes interessadas, como parte de disseminação da cultura de gestão de risco solidária, responsável e conjunta.

Adicionalmente, o DB Brasil considera o nível de gerenciamento de riscos de seus colaboradores como um dos critérios de avaliação de desempenho, tornando como base cinco (5) comportamentos principais, sendo:

- a) Assumir papel ativo na identificação e resposta aos riscos em todas as áreas da instituição;
- b) Ser rigoroso, prospectivo e abrangente na avaliação de risco. Definindo como o risco está envolvido nas decisões de negócios do dia-a-dia, os colaboradores são incentivados a reconhecer e avaliar de forma proativa o risco;



- c) Convidar, fornecer e respeitar os desafios. Ao promover uma comunicação clara e um alto grau de transparência, é criado um ambiente que habilita colaboradores em todos os níveis a desafiar decisões de gerenciamento de risco, bem como apontar qualquer assunto de interesse ou preocupação;
- d) Solucionar problemas coletivamente. Uma cultura de inclusão em todos os níveis da Instituição incentiva a discussão aberta e o escalonamento dos riscos;
- e) Colocar o DB Brasil e sua reputação no cerne de todas as decisões. O compromisso para uma cultura de risco de alto desempenho protege a solidez e a reputação a longo prazo.

2.4.1. Treinamento

Em parceria com a área de Recursos Humanos, a área de Gerenciamento de Riscos deve fornecer treinamento regulares e atualizações contínuas de suas políticas e procedimentos adequados para os colaboradores do DB Brasil. Também devem ser levados em consideração outros temas relevantes como leis, regras e regulamentações aplicáveis ou quaisquer outras questões relacionadas a riscos. Os registros devem ser mantidos para demonstrar e evidenciar a participação no treinamento.

2.4.2. Repositório de Informações

O DB Brasil dispõe de uma página específica para o gerenciamento de riscos em sua intranet, com a finalidade de facilitar e disseminar a cultura de riscos. Nesta página encontram-se armazenados os manuais e documentos relevantes que englobam o gerenciamento de riscos aplicáveis ao DB Brasil.

2.5. Reporte de Riscos

Mensalmente, os representantes do Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC - Capital & Risk Oversight Committee) recebem relatório completo com as principais informações tais como: resultados, riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional além de informações relacionadas aos valores de RWA (Risk-Weighted Assets – Ativos Ponderados pelo Risco), IRRBB (Interest Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros), testes de estresse e os principais índices de desempenho que ajudam nas tomadas de decisão.

Neste relatório denominado “Brazil Capital & Risk Oversight Committee” apresenta página onde são sintetizados os principais indicadores de riscos, denominado “Risk Appetite Dashboard”, que permite rápida visualização do contexto atual da filial em relação aos indicadores definidos na Declaração de Apetite de Riscos (RAS – Risk Appetite Statement). Também são apresentados os resultados do teste de estresse distribuído em cada linha de atividade da instituição e o impacto nas métricas regulatórias, bem como as contingências elencadas (*De-risking*) de forma a enquadrar o DB Brasil nas métricas regulatórias.

2.6. Teste de Estresse

O teste de estresse é uma ferramenta de medição de risco usada para avaliar os efeitos potenciais de um evento específico e/ou um movimento em um conjunto de fatores de risco na condição financeira de uma instituição. Envolve a tradução de cenários macroeconômicos hipotéticos em perdas potenciais para exposições existentes e projetadas, além das atividades de negócios.

Trata-se de uma técnica chave de medição de risco utilizada para determinar e avaliar os potenciais efeitos de uma circunstância extrema, ou seja, um evento idiossincrático específico e/ou choques para um conjunto de variáveis macroeconômicas.



Os resultados dos testes de estresse são base para a definição do planejamento estratégico de riscos, planejamento estratégico de capital e da RAS, assim como também devem ser utilizados em decisões pontuais de negócios.

Os testes de estresse do DB Brasil são realizados de acordo com as respectivas políticas de gerenciamento de riscos de crédito, mercado, operacional e liquidez, tendo, sempre que possível, os cenários alinhados entre os diferentes riscos. A definição dos cenários é composta por três (3) elementos básicos: (i) cenário macroeconômico de estresse, (ii) eventos idiossincráticos não financeiros, e (iii) choque súbito em um dia de mercado.

2.6.1. Teste de Estresse para Risco de Crédito

A área de CRM (Credit Risk Management ou Gerenciamento de Risco de Crédito) é responsável por executar os testes de estresse regulares na carteira de crédito, incluindo os derivativos, de acordo com os Procedimentos para Gerenciamento de Risco de Crédito no Brasil, o qual está em linha com os requisitos regulamentares.

Os testes de estresse visam identificar as potenciais causas ou condições que podem levar a perdas inesperadas. Eles complementam (e não substituem) as diversas outras metodologias de medição da exposição aplicadas pelo Banco sob condições normais de mercado.

O teste de estresse é uma técnica de gerenciamento de risco voltada para o futuro, usada para avaliar os efeitos potenciais de um evento específico e/ou um movimento em um conjunto de fatores de risco em um portfólio específico e/ou as condições financeiras de uma instituição. Ele deve ser usado além de modelos estatísticos, como o valor em risco (VaR – Value at Risk) e é visto como uma ferramenta de gerenciamento do risco complementar.

2.6.2. Teste de Estresse para Risco de Mercado

O teste de estresse de gestão de risco é um processo local próprio, para posições da carteira de negociação (“trading”) do DB Brasil, que estima o impacto financeiro (“Profit and Loss”) na carteira diante de cenários extremos, porém plausíveis, em diversos fatores de risco.

Os cenários podem ser baseados em observações históricas ou cenários prospectivos, e consistem em combinações de deslocamentos como desvalorização da taxa de câmbio e aumento da taxa de juros.

2.6.3. Teste de Estresse para Risco Operacional

O teste de estresse é uma medida de risco, utilizada para avaliar os efeitos potenciais de um evento específico e/ou movimentos em um conjunto de fatores de risco nas condições financeiras de uma instituição.

A estrutura do teste de estresse para os riscos operacionais do DB Brasil resulta da aplicação de um modelo local, baseado em aspectos específicos do DB Brasil e usa uma base de dados do mercado. A governança do teste começa na área de NFRM (Non-Financial Risk Management ou Gerenciamento de Risco Não-Financeiro), com a definição do modelo, a coleta de informações e cálculo do teste de estresse. O CROC supervisiona a modelagem e o resultado do teste de estresse e o BoD aprova.

2.6.4. Teste de Estresse para Risco de Liquidez

O teste de estresse de liquidez prevê o gerenciamento de possíveis cenários e implicações no nível de liquidez decorrentes de variações nas condições de mercado ou alterações inerentes ao perfil do balanço patrimonial do DB Brasil.



Os pressupostos do teste de estresse de liquidez são definidos de acordo com metodologia global do Grupo DB com possibilidade de adaptações ao mercado local conforme avaliação da área de Treasury (Tesouraria) e revisão da área de LRM (Liquidit Risk Management ou Gerenciamento de Risco de Liquidez) .

Esse relatório é preparado de forma diária e os resultados do teste de estresse são enviados à área de LRM.

Caso haja um resultado negativo no teste de estresse de liquidez, o CROC deve aprová-lo e, além disso, esse resultado é comunicado ao BoD.

Anualmente, as premissas do modelo são revalidadas pela área de LRM e o resultado da validação é apresentado ao CROC.

2.6.5. Cenários e Metodologias Utilizadas e o Uso dos Resultados no Gerenciamento de Riscos

Os cenários utilizados estão descritos de forma mais detalhada nas respectivas políticas relacionadas ao gerenciamento de cada risco. A seguir estão dispostos os principais pontos cenários utilizados para cada risco.

➤ Risco de Crédito:

O teste de estresse para derivativos considera a variação da taxa de juros e câmbio aplicada para cada contraparte individualmente. As premissas de estresse ao cenário severo (*severe*) se materializam se o derivativo é sujeito a chamada de margem (*coll*) ou não (*non-coll*), se a carteira da contraparte está sujeita a apreciação (APPCN) ou depreciação (DEPCN) do ativo referência, além de aplicar severidade segundo o prazo da operação.

A seguir está o cenário aplicado para a carteira de derivativos do DB Brasil:

CCY	COUNTRY	Coll		Non-Coll Standard / Coll Severe		Non-Coll Severe	
		APPCN	DEPCN	APPCN	DEPCN	APPCN	DEPCN
BRL	Brazil	10%	-6%	30%	-18%	40%	-24%

Country	Tenor	1y	3y	5y	10y
	Relative move proposed (as % of current IR level)				
Brazil		40,0%	35,0%	30,0%	25,0%

➤ Risco de Mercado:

Os eventos de mercado considerados no teste de estresse são:

- i. Uma combinação de variação nos fatores de risco de mercado: desvalorização da taxa de câmbio e aumento da taxa de juros;
- ii. Cenários baseados em séries históricas e cenários prospectivos.

Para garantir consistência e transparência, no processo de definição dos cenários, as etapas abaixo são seguidas:



- i. Determinar o *holding period* (horizonte de tempo necessário para liquidar ou *hedgear* (proteger) completamente a exposição a um fator de risco) em momentos de estresse de mercado;
- ii. Identificação e extração das series históricas dos fatores de risco;
- iii. Análise quantitativa das séries históricas para determinar os choques considerando o *holding period*;
- iv. Análise qualitativa sobre os dados de mercado observado.

O *holding period* é o horizonte de tempo necessário para liquidar completamente ou *hedgear* uma posição sob condições adversas de mercado. O atual *holding period* é entre duas (2) e quatro (4) semanas.

➤ **Risco Operacional:**

O processo do teste de estresse é realizado em duas frentes, uma considera eventos de litígio (processos jurídicos, inclusive disputas fiscais) e outra de eventos de não litígio (eventos de perda operacional não relacionados a processos jurídicos), pois apresentam natureza distinta.

- i. Perdas não jurídicas estressadas, com a base de dados histórica de registro do sistema dbIRS, que é o sistema do Grupo DB para registrar e relatar eventos de risco operacional comparada com uma base de perdas operacionais de mercado fornecida pela empresa ORX (fornecedor de base de dados de mercado);
- ii. Perdas relacionadas a riscos idiossincráticos, ou seja, o mapa corrente de eventos de riscos não financeiros relevantes identificados;
- iii. Perdas jurídicas com a avaliação prospectiva de potenciais eventos judiciais futuros.

➤ **Risco de Liquidez:**

Os cenários utilizados no teste de estresse de liquidez seguem quatro cenários conforme descrito a seguir:

- i. Crise no mercado emergente;
- ii. Crise sistêmica (2007/2008);
- iii. *Downgrade* na classificação de crédito do Grupo DB;
- iv. Combinação dos cenários (ii) e (iii).

2.7. Identificação, Inventário, Mensuração e Mitigação dos Riscos

O DB Brasil exige que os tomadores de risco assegurem uma identificação abrangente de risco, de modo que todos os riscos a que estejam expostos sejam incluídos no inventário de risco da Instituição. Esse processo é gerenciado pela área de Gerenciamento de Riscos e apresentados mensalmente no CROC.

Os riscos financeiros estão concentrados nas áreas de: (i) CRM (Credit Risk Management ou Gerenciamento dos Riscos de Crédito), (ii) MRM (Market Risk Management ou Gerenciamento dos Riscos de Mercado), e (iii) LRM (Liquidity Risk Management ou Gerenciamento do Risco de Liquidez).

Os riscos não financeiros estão concentrados na área de NFRM (Non-Financial Risk Management ou Gerenciamento de Riscos Não-Financeiros).



O registro e manutenção de posições expostas ao risco são mantidos nos sistemas de gerenciamento de riscos que são a fonte de informação para a emissão da apresentação ao CROC. Um sumário destes relatórios é apresentado ao BoD.

2.7.1. Mitigação de Riscos

O pré-requisito para assumir riscos é que eles possam ser adequadamente monitorados, controlados, mitigados e economicamente viáveis. O DB Brasil mantém um quadro de monitoramento e mitigação por meio de limiares para suas métricas de apetite de risco chave, apresentando também mecanismos para escalonamento, quando necessário.

O DB Brasil monitora todos os riscos contra o apetite por risco e as considerações de risco específicas por tipo, níveis de carteira e contraparte. O relatório de risco deve ser preciso, claro e completo e deve transmitir dados reconciliados e validados para assegurar transparência e compreensão de todos os riscos, suas principais métricas e cenários de estresse.

O risco pode ser mitigado no nível do portfólio, ativos, tipo, cliente, entre outros. O instrumento típico de mitigação de riscos inclui um ou mais dos seguintes itens:

- Diversificação do portfólio e balanceamento do *mix* (combinação) de receita para reduzir dependência de mercados ou produto específico;
- Garantias sob a forma de ativos financeiros, físicos ou outros; ou declarações de responsabilidade (garantias);
- Implementação de controles como o rastreamento do desempenho por avaliações periódicas do desempenho real versus metas do plano e identificação precoce dos possíveis desvios;
- Monitoramento de mudanças não planejadas no ambiente de negócios, incluindo mudanças regulatórias;
- Compra de proteção (hedge);
- Seguros;
- Alienação de ativos ou compromissos.

O DB Brasil diversifica ativamente sua exposição ao risco, sempre que possível, para evitar concentrações indevidas no portfólio de riscos específicos.

2.8. Gerenciamento de Capital

2.8.1. Acompanhamento da Adequação dos Valores de Capital

O acompanhamento dos valores de capital é realizado mensalmente. Os valores de capital regulatório e econômico abrangem também o valor do capital contábil, atendendo aos limites da legislação local e os limites da matriz, como exemplo, o limite de exposição ao país.

2.8.2. Capital Regulatório

Os valores de capital regulatório são apurados tanto para fins locais, como para a matriz, seguindo as respectivas legislações. Para fins locais, apura-se o capital regulatório com base na Resolução CMN nº 4.193/2013 (e regulamentação complementar), enquanto que para a matriz do Grupo DB, são aplicados os conceitos de Basileia adotados globalmente.



2.8.3. Capital Econômico - Riscos Não Cobertos no Capital Regulatório

O cálculo de capital econômico existe somente no nível global. O capital econômico reflete o risco da Instituição utilizando modelos próprios, o qual abrange riscos de crédito, de mercado e operacional (incluindo nesse último o risco reputacional).

Globalmente, o Grupo DB se utiliza também de conceitos como resultado sobre capital econômico, lucro econômico e construção/destruição de valor (retorno acima ou abaixo de certa taxa mínima). A alocação de recursos se dá considerando resultado econômico (na distribuição de capital e *funding*, por exemplo, são beneficiadas as áreas mais rentáveis do ponto de vista de capital econômico).

Em síntese, apura-se o capital econômico com base nos modelos internos aceitos globalmente para fins de reporte para a matriz, o qual é alocado de acordo com a representatividade da filial, independente dos produtos que são operados em cada país.

Para fins locais, entende-se que os requisitos mínimos de capital regulatório estabelecidos pelo BACEN são suficientes para cobrir os riscos relacionados ao modelo de operação do DB Brasil, devido aos seguintes fatores:

- I. A regulamentação atual cobre todos os riscos relacionados ao capital regulatório (mercado, crédito e operacional);
- II. Não são identificados outros riscos mensuráveis, além dos mencionados acima;
- III. Dada a necessidade imposta pela legislação local de mensurar todas as operações igualmente, entende-se que o capital regulatório alocado para algumas operações com empresas do Grupo DB, supera o valor do capital econômico.

Por essas razões, o patrimônio de referência atual é suficiente para cobrir os riscos inerentes à estrutura de operações da Instituição.

3. Gerenciamento do Risco de Liquidez (Tabela LIQA – Informações Qualitativas)

3.1. Estrutura, Papéis e Responsabilidades do Gerenciamento de Risco de Liquidez

A descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos, que abrange o Gerenciamento de Risco de Liquidez, está divulgada na webpage (sítio eletrônico) do DB Brasil, bem como na intranet local do Banco (myDB).

A área de LRM (Liquidity Risk Management ou Gerenciamento de Risco de Liquidez) é responsável pela revisão independente que opera como parte da segunda linha de defesa, sendo responsável por supervisionar e avaliar a eficácia das atividades de gerenciamento de risco de liquidez realizadas pela área de Treasury do DB Brasil. Ao executar suas atividades de supervisão e validação, a área de LRM desempenha um papel fundamental na supervisão e manutenção do quadro de gerenciamento de risco de liquidez.

Estão atribuídas como responsabilidade da área de LRM, os limites de risco de liquidez, governança de produtos, monitoramento do risco de liquidez e a comunicação dos resultados das atividades de supervisão e validação da área de LRM às partes interessadas apropriadas.

A área de Treasury, unidade segregada das áreas de Negócios atua como primeira linha de defesa no gerenciamento de risco de liquidez, tendo como responsabilidades, apetite ao risco de liquidez, limites de liquidez, colchão de liquidez, governança de produtos, gerenciamento do risco de liquidez intradiário, registro de operações, posições e *hedge* e ao desenvolvimento, implementação e uso do modelo de risco de liquidez.



3.2. Estratégia de Liquidez (Captação de Recursos e Mitigação de Riscos)

A estratégia de liquidez do DB Brasil é definida com base nos resultados apresentados nos relatórios de risco de liquidez e nas condições de mercado. Para manter um nível adequado de liquidez, o DB Brasil trabalha com um nível mínimo de ativos líquidos, evita concentrar as suas captações em um número reduzido de clientes e no curto prazo.

3.3. Processos para Gerenciamento do Risco de liquidez

O DB Brasil enfatiza a gestão prospectiva do gerenciamento do risco de liquidez, pois acredita que ações preventivas são menos dispendiosas do que ações corretivas.

Os principais controles do risco de liquidez são:

- Teste de estresse de liquidez: Gerenciamento de possíveis cenários e implicações no nível de liquidez decorrentes de variações nas condições de mercado ou alterações inerentes ao perfil do balanço patrimonial do DB Brasil. Os pressupostos do teste de estresse de liquidez são definidos de acordo com metodologia global do Grupo DB com possibilidade de adaptações ao mercado local conforme avaliação da área de Treasury e revisão da área de LRM. Esse relatório é preparado de forma mensal, mas pode ser preparado diariamente caso a equipe da área de Treasury julgue necessário. Os resultados do teste de estresse são enviados à área de LRM. Caso haja um resultado negativo no teste de estresse de liquidez, o CROC deverá aprová-lo e, além disso, esse resultado será comunicado ao BoD;
- Anualmente, as premissas do modelo são revalidadas pela área de LRM e o resultado da validação é apresentado ao CROC;
- Perfil das Captações: Monitorar os diversos produtos, preço, prazo e concentração das captações feitas pelo DB Brasil. O monitoramento é realizado mensalmente, porém pode ser realizado diariamente caso a equipe da área de Treasury julgue necessário. Em caso de excesso do limite máximo de concentração de depositantes, o CROC deverá aprová-lo;
- Plano de contingência de liquidez: o Grupo de Gestão de Risco de Liquidez (GGRL) tem como objetivo principal estabelecer políticas e procedimentos de contingência, com a responsabilidade de decidir quais serão as medidas adotadas com o objetivo de otimizar o equilíbrio financeiro e reduzir o risco reputacional do DB Brasil.

As métricas de liquidez são atualizadas e reportadas diariamente aos membros do GGRL e mensalmente ao CROC. Tais métricas abrangem:

- I. Indicadores internos: Teste de estresse, MCO (Maximum Cash Outflow ou Saída Máxima de Caixa), reserva mínima de liquidez e custo médio dos CDBs (Certificado de Depósito Bancário);
- II. Rating (classificação) de crédito no Brasil: *Downgrade* do *rating* de crédito do DB Brasil;
- III. Indicadores de mercado: Porcentagem do *haircut* dos títulos públicos do Governo Brasileiro (valor de mercado secundário versus pu 550); monitorar a variação da taxa de câmbio (USD/BRL).

Se dois ou mais indicadores excederem o nível de atenção, o GGRL deverá ser convocado para decidir se ações adicionais deverão ser tomadas.

O plano de contingência de liquidez estabelece objetivos e procedimentos do DB Brasil. As medidas aplicadas poderão ser adotadas de forma e intensidade diferentes sendo: medida de financiamento e o gerenciamento dos ativos.



4. Gerenciamento do Risco de Crédito (Tabela CRA – Informações qualitativas)

4.1. Política e Limites Internos Associados ao Risco de Crédito

Todas as normas, procedimentos, requerimentos legais, seguem as diretrizes de crédito globais do Grupo Deutsche Bank (Grupo DB).

O objetivo da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito é estabelecer princípios detalhando os processos de crédito, as funções e as responsabilidades para o portfólio, em linha com a Resolução CMN nº 4.557/17. Visa garantir, que: o processo de crédito seja bem compreendido; um alto nível de integridade e consistência do processo de gerenciamento de risco de crédito seja mantido; os colaboradores possam se familiarizar rapidamente com as normas do DB Brasil.

As utilizações em aberto nos limites de crédito são monitoradas continuamente. O sistema emite alertas de excedentes aos analistas de crédito de forma automática e em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito precisam ser investigados e justificados. Quando aplicável, deve-se estabelecer plano de ação específico para efetiva regularização (por exemplo, cancelamento ou aumento de limite).

Os limites de crédito estabelecem o máximo de risco de crédito que o DB Brasil está disposto a assumir por determinado prazo. Eles relacionam produtos, condições de exposição entre outros fatores. Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar ou estender os limites de crédito existentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com a qualificação profissional e experiência de cada membro da área de CRM.

As aprovações de crédito são dadas por dois profissionais, sendo que ao menos um deles deve possuir a alçada necessária.

Os limites operacionais (ou autorizações de crédito) devem ser revisados e aprovados pelo BoD com periodicidade anual mínima, sendo documentados na ata da referida reunião.

Os limites para as contrapartes que foram identificados com o de risco de inadimplência ou que já tenham inadimplido devem ser reduzidas, sempre que possível, apenas o suficiente para cobrir seus montantes em dívida.

Os limites de concentração estão estabelecidos no documento RAS (Declaração de Apetite ao Risco ou Risk Appetite Statement), e apresentado mensalmente no CROC.

4.2. Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Crédito

A descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos, que abrange o Gerenciamento de Risco de Crédito, está divulgada na webpage (sítio eletrônico) do DB Brasil e contempla critérios e procedimentos, claramente definidos e documentados, acessíveis aos envolvidos nos processos de concessão e de acompanhamento de operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo:

- Avaliação periódica do grau de suficiência dos instrumentos mitigadores;
- Detecção de indícios e prevenção da deterioração da qualidade creditícia da contraparte;
- Tratamento das exceções aos limites e aos níveis de apetite por risco de crédito fixado na RAS;
- Cobrança e recebimento de créditos;
- Recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.



A atividade de gerenciamento de risco de crédito é desempenhada pela área de CRM, sendo essa área segregada das demais unidades de negócios do DB Brasil, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM é a unidade do DB Brasil responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do conglomerado financeiro e das respectivas instituições integrantes;
- Identificar e acompanhar o risco de crédito das empresas não-financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro;
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento de risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

A área de Negócios é reponsável por dar origem ao processo de crédito, solicitando limites de crédito ao cliente. Esse processo continua com a execução das avaliações iniciais. As avaliações e suas conclusões são documentadas e resumidas no Relatório de Crédito (ou no Adendo ou *Addendum*) que formam a base necessária para todas as aprovações de crédito.

A área de Negócios também trata da execução no dia a dia do processo de NCA (New Client Adoption ou Adoção de Novos Clientes), é supervisionada e algumas vezes apoiada, pela área de AFC (Anti-Financial Crime ou Prevenção a Crimes Financeiros). Dessa forma, assume a responsabilidade por atender às exigências de Conheça Seu Cliente (KYC ou Know Your Customer). Em caso de inadimplemento, as responsabilidades pela recuperação das perdas serão atribuídas para a unidade de negócios responsável.

4.3. Principais Tópicos de Gerenciamento do Risco de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do DB Brasil, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura. Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o DB Brasil e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e gravidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do DB Brasil;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os limites de crédito, conforme aprovado durante o processo de aprovação de crédito;
- Dados precisos de exposição de acordo com as metodologias de crédito aprovadas;
- Parâmetros da indústria, país e outros para facilitar a gestão do portfólio e revisões da indústria.

A área de CRM deve emitir regularmente relatórios gerenciais com o objetivo de informar à Diretoria Executiva a respeito do desempenho do gerenciamento do risco do portfólio de crédito, em linha com as políticas e estratégias estabelecidas.

Na reunião mensal do CROC (Capital & Risk Oversight Committee – Comitê de Supervisão de Capital e Riscos), um membro da área de CRM apresenta um relatório gerencial contendo quadro com as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;



- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- A avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Informações relativas às exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação; e
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação.

O CRO (Chief Risk Officer) do DB Brasil apresenta mensalmente aos membros do BoD (Board of Directors – Comitê da Diretoria Executiva) um consolidado dos principais pontos do portfólio de riscos de crédito previamente reportados no CROC.

4.4. Gerenciamento do Risco de Crédito por Contraparte (Tabela CCRA)

O risco de crédito de contraparte, ao qual o DB Brasil está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O DB Brasil mantém total controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes desta Instituição.

O DB Brasil avalia e consolida globalmente todas as exposições/ linhas de crédito de um grupo financeiro (*One-obligor* principal – princípio de um único grupo financeiro). Todas as linhas de crédito de um grupo financeiro são agregadas nos respectivos sistemas de tecnologia da informação.

Uma única contraparte (ou único grupo econômico), para fins do gerenciamento do risco de crédito, deve agregar as contrapartes conectadas, as quais compartilham o risco de crédito, por meio de relação de controle.

Os critérios utilizados para a identificação de cada grupo de contrapartes conectadas, devem ser documentados, devendo ser igualmente documentadas eventuais exceções de tratamento como contraparte única as contrapartes conectadas por relação de controle como a ausência de compartilhamento do risco de crédito entre elas.

Os rebaixamentos de classificação de *rating* geralmente deverão ressaltar uma deterioração na qualidade de crédito da contraparte (grupo) em questão, que potencialmente reduzirá o apetite de risco do DB Brasil.

A KCP (Key Contact Person – Pessoa de Contato Principal) precisa documentar (por meio de um adendo ou pela revisão anual de crédito, se o rebaixamento for parte da revisão anual de classificação, em ambos os casos no máximo dentro de dois meses) o impacto do rebaixamento da classificação de *rating* sobre o apetite de risco do DB Brasil e tomar as medidas necessárias para gerenciar a exposição. Se a classificação de crédito de qualquer tomador for rebaixada em três (3) pontos ou mais, a exposição de crédito precisará de nova aprovação ao nível de autoridade consistente com essa nova classificação.

5. Gerenciamento do Risco de Mercado (Tabela MRA – Informações Qualitativas)

Define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. A definição



inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

5.1. Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Mercado

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado do DB Brasil está definida na Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. A estrutura de gerenciamento compreende papéis e responsabilidades, organização e processos, metodologias e ferramentas, sistemas e infraestrutura.

O CROC (Capital & Risk Oversight Committee – Comitê de Supervisão de Capital e Riscos) é o principal fórum para discussão de assuntos relacionados a risco de mercado e tem responsabilidade de:

- Monitorar medidas de risco de mercado como VaR (Value at Risk ou Valor em Risco), Stress Test (Teste de Estresse) e sensibilidades para o DB Brasil;
- Monitorar medidas do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil como o risco ao Valor Econômico (Delta EVE) e Risco de Resultado de Intermediação Financeira (Delta NII);
- Monitorar requerimentos de capital para risco de mercado e outros limites regulatórios;
- Aprovar limites operacionais;
- Monitorar excessos de limites;
- Realizar o monitoramento contínuo da efetividade dos controles, processos e ferramentas utilizados pelo DB Brasil para quantificar e gerir o risco de mercado; e
- Escalonar ao BoD (Board of Directors – Comitê da Diretoria Executiva) os principais assuntos relacionados a riscos de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado é uma função independente das áreas de Negócios e da área de Auditoria Interna.

Área de Gerenciamento de Risco de Mercado (MRM – Market Risk Management) é responsável localmente pela gestão diária do risco de mercado, acompanhamento de limites e utilização em linha com o estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement - Declaração de Apetite por Risco), elaboração do cálculo de VaR (Value at Risk), teste de estresse e backtesting. Mensalmente, apresenta aos membros do CROC as principais métricas de gestão de riscos de mercado e escala ao CRO e/ou ao CROC.

A unidade do Deutsche Bank em Nova York – DBNY é responsável pelo gerenciamento geral de risco de mercado a nível regional. A equipe da área de Finance (área de Finanças) no Brasil fornece suporte operacional local enviando as informações necessárias para o cálculo de risco de mercado do DB Brasil.

A área de Processamento de Risco de Mercado (MRAC – Market Risk Analysis & Control) fica responsável pelo processamento global de todas as métricas de risco de mercado a nível regional, sob a estrutura de MRM.

A área de Auditoria Interna: É responsável pelo monitoramento do cumprimento das políticas e procedimentos de Gerenciamento de Risco de Mercado definidas pelo Banco.

5.2. Estratégia e Processos no Gerenciamento de Mercado

A estratégia de gerenciamento de risco de mercado do DB Brasil assim como os limites, são definidos com base no apetite de risco do DB Brasil e no Plano Estratégico de Riscos aprovado pelo BoD e pelo CROC anualmente.



Os limites de risco são baseados em vários fatores, dentre eles o apetite do DB Brasil ao risco, complexidade de suas operações, liquidez de mercado, orçamento e uma avaliação do mercado local. Eventuais excessos nos limites de risco de mercado serão escalonados em consonância ao disposto na Declaração de Apetites por Riscos (RAS) do DB Brasil.

As principais ferramentas utilizadas pelo DB Brasil para quantificar e gerir o risco de mercado são:

- Sensibilidades: São divididas em categorias tais como Taxas de Juros e Câmbio. Alguns exemplos de medidas utilizadas são: FX Delta e PV01's;
- VaR: Medida estatística que sumariza a exposição de uma carteira ao risco de mercado em condições normais de mercado;
- Stress Test: Medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de MRM.
- Risco ao Valor Econômico (Delta EVE): Medir o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária em diferentes cenários de taxas de juros considerando riscos de opcionalidades;
- Risco de Resultado de Intermediação Financeira (Delta NII): Medir o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano; e
- *Backtesting*: Processo diário de comparação entre os resultados financeiros oriundos de movimentações de mercado e a estimativa prévia do VaR.

5.3. Principais Características dos Sistemas de Informação e de Mensuração dos Riscos

Em linha com os requerimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 3.354/2007 o DB Brasil emitiu a Política de Classificação e Monitoramento das Carteiras de Negociação (Trading Book) e Bancária (Banking Book).

Para a carteira bancária (Banking Book), o DB Brasil adota a mesma metodologia utilizada para mensuração do risco de taxas de juros utilizada para a carteira de negociação (Trading Book) divulgada pelo BACEN para exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2), exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços (RWAJUR3) e à variação da taxa dos cupons de taxa de juros (RWAJUR4). Esta opção se deve ao fato da carteira bancária apresentar descasamentos de prazos relativamente pequenos e seus valores serem significativamente inferiores em relação às posições da carteira de negociação.

Quanto ao cálculo das exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Reais (RWAJUR1), a metodologia adotada sofre alterações visando cobrir o prazo médio das principais operações da carteira bancária. O prazo utilizado é de sessenta (60) dias úteis, tanto para os cálculos do VaR Padrão quanto para a parcela do VaR estressado.

O DB Brasil não possui operações sem vencimento na carteira ativa. No lado passivo, encontram-se os depósitos de conta corrente e os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com liquidez diária, os quais não afetam os cálculos de requerimento de capital, visto que são realizados em moeda local (Reais). Eventual impacto de liquidação antecipada dessas carteiras poderia causar impacto no risco de liquidez.

O controle de risco de liquidez do DB Brasil contempla possíveis impactos causados pelo saque de depósitos com liquidez diária por meio do Relatório de Teste de Estresse de Liquidez, no qual utiliza-se alguns pressupostos de saque para o depósito à vista, resgate antecipado e renovação para os CDBs, desta forma avaliando estes impactos na liquidez corrente do DB Brasil.



6. Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (Tabela IRRBBA – Informações Qualitativas)

O IRRBB (Interest Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

6.1. Estrutura, Responsabilidade do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária

A Estrutura de Gerenciamento de Risco do DB Brasil contempla todos os riscos relevantes definidos na Resolução CMN nº 4.557/17. Baseia-se no fato de que todas as operações que tenham por essência a manutenção de seus ativos, estão classificadas na carteira bancária. Dado o atual modelo de negócios do DB Brasil, a maioria das operações ativas e todas as captações de recursos estão registradas na carteira bancária.

Observa-se o relativo “casamento” entre o *funding* (captação) e o repasse, particularmente em relação às operações ativas da área de Corporate Bank – Trade Finance (CB - TF) e as operações passivas da área de Treasury. Por esse motivo, é feita a verificação da correlação entre o volume de captações e respectivos repasses classificados na carteira bancária, garantindo dessa forma o equilíbrio dessa carteira.

A verificação mencionada acima contempla não apenas a análise dos valores absolutos, mas também prazos, taxas, indexadores e moedas.

A área de Market Risk Management (Gerenciamento de Risco de Mercado) é responsável por definir o apetite ao risco do IRRBB (Interest Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros) baseado em abordagens do valor econômico (EVE - Economic Value of Equity) e resultado de intermediação financeira (NII - Net Interest Income), produzir e atualizar a Política de IRRBB, monitorar o EVE e o NII, definir os limites das métricas de IRRBB e produzir os relatórios de EVE e NII.

A área de Treasury (Tesouraria) é responsável por gerenciar o NII e o EVE do DB Brasil.

A equipe da área de Finance (Finanças) - Product Control (Controle de produtos) fica responsável por garantir que as operações estão aderentes à Política de Classificação e Monitoramento das Carteiras de Negociação (“Trading Book”) e Bancária (“Banking Book”) e reportar o RBAN (Risco de Mercado da Carteira Bancária).

6.2. Estratégia e Processos no Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária

A estratégia de gerenciamento de risco de mercado do DB Brasil assim como os limites, são definidos com base no apetite de risco do DB Brasil e no plano estratégico de riscos aprovado pelo BoD e pelo CROC anualmente.

Os limites de risco são baseados em vários fatores, dentre eles o apetite do DB Brasil ao risco, complexidade de suas operações, liquidez de mercado, orçamento e uma avaliação do mercado local. Eventuais excessos nos limites de risco de mercado serão escalonados em consonância ao disposto na Declaração de Apetites por Riscos (RAS) do DB Brasil.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas. Relatório produzido mensalmente e apresentado no CROC e no BoD;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;



- RBAN: O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para a RBAN a mesma metodologia do VaR e SVaR (Stressed Value at Risk ou Valor em Risco Estressado) da carteira de negociação para taxa pré-fixada utilizando a média de cálculo o prazo de cento e oitenta (180) dias e com o *time decay* (decadência de prazo) de sessenta (60) dias. Para cupom cambial e índices de inflação, é utilizada a metodologia maturity ladder (escala de prazos de vencimentos), a mesma utilizada na RWA_JUR 2 e 3 da carteira de negociação;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.

6.3. Principais Tópicos e Metodologias do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária

O DB Brasil marca a mercado todas as operações da carteira bancária com as curvas atuais de mercado e com a curva estressada conforme descrito nos cenários abaixo e a diferença entre o MtM (Mark to Market – Marcação a Mercado) e o MtM estressado gera o risco ao valor econômico.

Quanto aos cenários o DB Brasil utiliza os mesmos cenários padronizados pelo Comitê de Basileia (BIS - Bank for International Settlements) para o cálculo do EVE.

O DB Brasil projeta o resultado de intermediação financeira em um cenário base com o balanço patrimonial estático do período, assumindo que as posições serão renovadas com o mesmo *spread* e comparadas com o resultado de intermediação financeira em diferentes cenários. São utilizados choques de +200bps e -200bps nos cenários de resultado de intermediação.

7. Informações Quantitativas

7.1. Anexo I (KM1 - Informações Quantitativas Sobre os Requerimentos Prudenciais)

Apresentação em tabela fixa das principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial.

7.2. Anexo II (OV1 - Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco)

Apresentação em tabela fixa da visão geral do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA ou Risk-Weighted Assets) utilizado na apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR).

7.3. Anexo III (MR1 - Abordagem Padronizada - Fatores de Risco Associados ao Risco de Mercado)

Apresentação em tabela fixa do montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD).